



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o
Secretário de Estado Adjunto e
dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento (AR),
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
1201

SUA COMUNICAÇÃO DE
17-04-2019

NOSSA REFERÊNCIA
Nº: 7681/2019
ENT.:
PROC. Nº: 868

DATA
19-09-2019

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 1907/XIII/4.^a de 17 de abril de 2019

Na sequência do Ofício supra identificado, e em resposta à Pergunta n.º 1907/XIII/4.^a, de 17 de abril de 2019, formulada pelos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, encarrega-me Sua Excelência, o Ministro da Administração Interna, de informar o seguinte:

O alegado atraso na celebração dos contratos em 2018 prendeu-se com a necessidade de se salvaguardarem todos os procedimentos administrativos no processo de análise e seleção das candidaturas das entidades para obtenção de apoios financeiros, visando garantir-se, nomeadamente, a legalidade e imparcialidade do processo.

A informação relativa à execução prevista para as obras de que dispomos neste momento é a seguinte:

Entidade	CRONOGRAMA DA PREVISÃO PARA A EXECUÇÃO FÍSICA DO CONTRATO														
	jan /19	fev /19	mar/ 19	abr /19	mai /19	jun /19	jul/ 19	ago /19	set /19	out /19	nov /19	dez /19	jan /20	fev /20	mar/ 20
Alandroal					1							31			
Alijó								1							31
Carregal do Sal	1											31			
Castro Daire	1											31			
Fronteira					1		31								
Nelas												31			
Oliveira de Frades	1											31			
Pedrógão Grande	1											31			
Sousel						7						20			
Terras de Bouro				1											
Tondela												31			
Trancoso	1											31			



Valpaços															
Vouzela	1											31			
Castelo de Paiva e Cinfães							1					31			
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central					1							31			
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral ^{a)}															

a) A entidade promotora informou que, devido à complexidade do projeto, se está a ultimar as peças do projeto de execução, não sendo possível prever, com rigor, o cronograma de execução.

É de salientar ainda que esta informação é dinâmica e à medida em que decorrem os procedimentos de contratação das obras, os municípios têm, com frequência, necessidade de ajustar a calendarização dos trabalhos, sendo que caso a execução se estenda para além do que foi acordado no contrato celebrado, as entidades devem apresentar um pedido de alteração do contrato, que carece de análise e aprovação por parte da DGAL e da tutela das autarquias locais.

Relativamente aos 112 municípios ou comunidades intermunicipais que solicitaram apoios, envia-se em anexo a lista de candidaturas.

De acordo com a informação disponível, para aprovação da totalidade das candidaturas seriam necessários 4.185.017,70 euros. Foram já aprovados financiamentos no total de 2.057.919,89 euros, aos quais acrescem 46.014,72 euros atribuídos ao município de Alcouthim que, entretanto, informou não pretender usufruir do financiamento.

As entidades têm sido informadas logo que se dispõe de informação sobre a existência de disponibilidade da dotação do Orçamento do Estado para se concretizar o financiamento solicitado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

José Luís Barão